

A Gestão do Turismo na Floresta Nacional do Tapajós

Maria Jocileia Soares¹, Ana Karolina Martins Santana¹, Ana Paula da Silva Viana¹, Karla Mayara Almada Gomes², Bruno Delano Chaves do Nascimento¹, Tainá Santos Figueira¹ & José Risonei Assis da Silva¹

Recebido em 30/04/2021 – Aceito em 30/09/2021

¹Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade/ICMBio, Brasil. <jocileia.silva@icmbio.gov.br, ana.santana@icmbio.gov.br, ana.viana@icmbio.gov.br, bruno.nascimento@icmbio.gov.br, tainafigueiranx@gmail.com, jose-risonei.silva@icmbio.gov.br >

²Universidade Federal do Oeste do Pará/UFOPA, Brasil. <karlamayaramlada@gmail.com>

RESUMO – Na FLONA do Tapajós, localizada na região oeste do Pará, o ecoturismo é uma atividade que contribui para a geração de renda e envolvimento das comunidades locais na conservação da floresta. A rede de parcerias e a participação comunitária são fundamentais para o ordenamento do ecoturismo em unidades de conservação. Este trabalho tem por objetivo mostrar as iniciativas que estão contribuindo para a gestão do turismo e materialização da visão de futuro da FLONA do Tapajós. A coleta de informações se deu através de pesquisa bibliográfica e consultas em documentos internos do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade e entrevistas de atores locais. O estudo mostrou que a rede de parcerias foi fundamental para o ordenamento do turismo na unidade de conservação. A participação dos parceiros e comunidades na gestão do turismo ocorreu através do Grupo de Turismo e do Setor de Turismo vinculados ao Conselho Consultivo da FLONA do Tapajós. A rede de parcerias contribuiu com diversas atividades de gestão, dentre elas a revisão do Plano de Manejo, o mapeamento de trilhas e elaboração de planos de ação e projetos. As comunidades indicaram que existe conflito com o turismo convencional. Além disso, encontram dificuldades para negociar com as operadoras de turismo, dificuldade para comercializarem seus pacotes turísticos e de comunicação com alguns visitantes em outros idiomas. O ecoturismo na FLONA do Tapajós tem contribuído para o fortalecimento das parcerias e das organizações comunitárias, geração de renda e envolvimento das comunidades locais na conservação da floresta.

Palavras-chave: Turismo de base comunitária; uso público; unidades de conservação; gestão participativa.

Tourism Management in the Tapajós National Forest

ABSTRACT – In the Tapajós National Forest, located in the western region of Pará, ecotourism is an activity that contributes to the generation of income and involvement of local communities in forest conservation. The network of partnerships and community participation are fundamental for the ordering of ecotourism in Conservation Units. This research aims to show the initiatives that are contributing to the management of tourism and materializing the future vision of the Tapajós National Forest. The collection of information occurred through bibliographical research and consultations in internal documents of the Chico Mendes Institute for Biodiversity Conservation and interviews with local actors. The study showed that the network of partnerships was essential for the planning of tourism in the Conservation Unit. The participation of partners and communities in tourism management occurred through the Tourism Group and the Tourism Sector linked to the Consulting Council of Tapajós National Forest. The network of partnerships contributed with several management activities, including the revision of the Management Plan, the mapping of trails and the elaboration of action plans and projects. Communities indicated that there is a conflict with conventional tourism. In addition, they find it difficult to negotiate with tour operators, market their tour packages and communicate with some visitors in other languages. Ecotourism in the Tapajós National Forest has contributed to strengthening partnerships and community organizations, generating income and involving local communities in forest conservation.

Keywords: Community-based tourism; public use; conservation units; participatory management.

Gestão turística en el Bosque Nacional Tapajós

RESUMEN: En FLONA do Tapajós, ubicada en la región occidental de Pará, el ecoturismo es una actividad que contribuye a la generación de ingresos y la participación de las comunidades locales en la conservación de los bosques. La red de alianzas y participación comunitaria son fundamentales para la ordenación del ecoturismo en Unidades de Conservación. Este trabajo tiene como objetivo mostrar las iniciativas que están contribuyendo a la gestión del turismo y materializando la visión de futuro de FLONA do Tapajós. La recolección de información se realizó a través de investigaciones bibliográficas y consultas en documentos internos del Instituto Chico Mendes para la Conservación de la Biodiversidad y entrevistas con actores locales. El estudio mostró que la red de alianzas era fundamental para la planificación del turismo en la unidad de conservación. La participación de socios y comunidades en la gestión turística se llevó a cabo a través del Grupo de Turismo y el Sector Turismo vinculado al Consejo Asesor de FLONA do Tapajós. La red de alianzas contribuyó con varias actividades de gestión, incluida la revisión del Plan de Gestión, el mapeo de senderos y la elaboración de planes de acción y proyectos. Las comunidades indicaron que existe un conflicto con el turismo convencional. Además, les resulta difícil negociar con los operadores turísticos, comercializar sus paquetes turísticos y comunicarse con algunos visitantes en otros idiomas. El ecoturismo en FLONA do Tapajós ha contribuido a fortalecer alianzas y organizaciones comunitarias, generar ingresos e involucrar a las comunidades locales en la conservación de los bosques.

Palabras clave: Turismo comunitario; uso público; unidades de conservación, manejo participativo.

Introdução

A Floresta Nacional do Tapajós (FLONA) é uma unidade de conservação (UC) federal de uso sustentável, criada em 1974 (Decreto nº 73.684), e administrada pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio). A UC tem como objetivo o uso múltiplo sustentável dos recursos florestais e a pesquisa científica, com ênfase em métodos para exploração sustentável de florestas nativas (Brasil, 2000).

As comunidades da FLONA do Tapajós se organizaram em cooperativa e associações para facilitar o acesso a recursos financeiros, políticas públicas e agilizar a comercialização dos produtos da floresta e de serviços turísticos. Além do Manejo Florestal Comunitário (MFC), executado pela Cooperativa Mista da FLONA do Tapajós (Coomflona), as famílias estão envolvidas com a produção de farinha e mel, criação de pequenos animais, pesca, artesanato e o ecoturismo que contribuem para o sustento e incremento na renda familiar (INPE, 2016; ICMBio, 2015, 2019a).

As famílias beneficiárias da UC são responsáveis pela operacionalização das atividades do ecoturismo, segmento predominante na FLONA do Tapajós. O modelo de gestão de turismo presente nas iniciativas das comunidades da UC é o Turismo de Base Comunitária (TBC). No TBC a comunidade local participa diretamente da

concepção, desenvolvimento e gestão do turismo, ou seja, a gestão da visitação é protagonizada pelos atores locais (Fabrino, 2013; ICMBio, 2018, 2019b).

O turismo em contato com a natureza, ou seja, o ecoturismo, surgiu no Brasil na década de 1980 a partir do movimento ambientalista que indicou a necessidade de conservação do meio ambiente por meio de técnicas sustentáveis, incluindo as atividades turísticas (Bursztyń *et al.*, 2009; MTur, 2010). Entretanto, somente em 1994 o turismo ecológico recebeu a denominação de ecoturismo com a publicação das Diretrizes para uma Política Nacional de Ecoturismo que o conceituou como “um segmento da atividade turística que utiliza o patrimônio natural e cultural de forma sustentável, incentivando sua conservação e buscando a formação de uma consciência ambiental por meio da interpretação do ambiente, bem como promovendo o bem-estar das populações locais” (Brasil, 1994).

No Brasil, o segmento “natureza, ecoturismo ou aventura” é o segundo com maior demanda turística internacional, ficando somente atrás do segmento “sol e praia” que também acontece em destinos dentro de unidades de conservação (MTur, 2018). O ecoturismo é uma atividade que contribui para a economia da comunidade local, regional e nacional. Além disso, promove a valorização do patrimônio natural e cultural, e facilita o

envolvimento da sociedade na conservação da biodiversidade, através da visitação pública nas unidades de conservação (ICMBio, 2019b, 2020). Um estudo sobre as contribuições econômicas do turismo em UCs federais, realizado em 2017, reforçou a importância do ecoturismo como estratégia para o uso sustentável dessas áreas e valorização do patrimônio natural e cultural brasileiro (Souza & Simões, 2018).

O supracitado estudo mostrou que os visitantes gastaram em 2017 cerca de R\$ 2 bilhões nos municípios de acesso às UCs federais em todo o Brasil. No ano seguinte, o investimento foi de cerca de R\$ 2,4 bilhões nesses municípios e a contribuição total desses gastos para a economia nacional foi de cerca de 90 mil empregos, R\$ 2,7 bilhões em renda, R\$ 3,8 bilhões em valor agregado ao PIB e R\$ 10,4 bilhões em vendas. O setor de hospedagem registrou a maior contribuição direta, com R\$ 740 milhões em vendas diretas, seguido pelo setor de alimentação com R\$ 531 milhões (Souza & Simões, 2018, 2019).

A promoção do turismo em contato com a natureza e com a cultura dos povos e comunidades tradicionais é um dos objetivos específicos da FLONA do Tapajós, sendo uma atividade importante para a materialização da visão de futuro da UC, a saber: “Ser modelo de unidade de conservação de uso sustentável, através da geração do conhecimento científico e do desenvolvimento socioambiental das populações tradicionais, promovido pelo turismo e manejo florestal comunitário” (ICMBio, 2019c).

O presente estudo abordou a importância das parcerias e da participação comunitária na implementação do ecoturismo na FLONA do Tapajós e apontou que sem a participação dos parceiros o turismo na UC, possivelmente, tenderia a seguir para o uso desordenado que acarretaria uma experiência pouco satisfatória do visitante. A rede de parcerias e a participação comunitária são fundamentais para a execução de ações que visem o ordenamento do ecoturismo em UCs e para promover a manutenção das iniciativas de TBC, conforme indicado no caderno de experiências em construção nos diferentes biomas do país (ICMBio, 2019b).

Este trabalho tem por objetivo analisar como essa rede de parceria e a participação comunitária estão contribuindo para a gestão do turismo nesta unidade de conservação.

Material e Métodos

O trabalho tem como área de estudo a FLONA do Tapajós. A UC localizada no oeste do Pará envolve parte da área dos municípios de Aveiro, Belterra, Placas e Rurópolis (Fig. 1). As vias de acesso a partir de Santarém são o rio Tapajós e a rodovia BR163 (ICMBio, 2021). A FLONA abriga cerca de 1.100 famílias e 4 mil moradores que residem em 25 comunidades, nas 03 aldeias indígenas da etnia Mundurucu (Takuara, Bragança e Marituba) e em lotes do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incrá) ao longo da rodovia BR163 (proprietários e posseiros), criados no início da década de 1970 (ICMBio, 2019c, 2021).

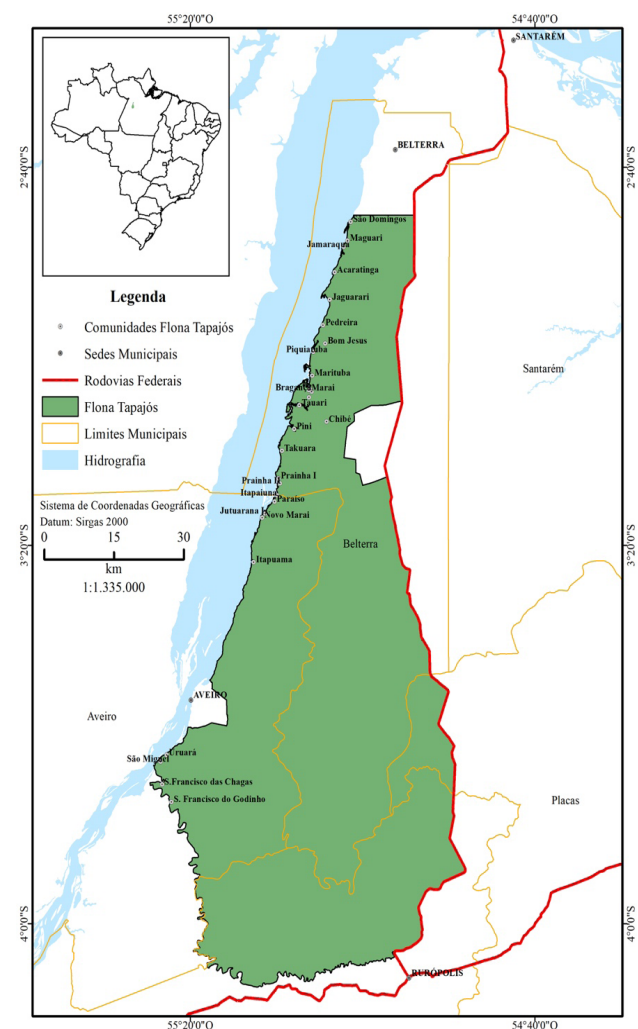


Figura 1 – Mapa de localização da FLONA do Tapajós.

Fonte: Autores, 2021.

Os instrumentos que direcionam a gestão da UC são o Plano de Manejo, o Perfil da Família Beneficiária e o Conselho Consultivo. O Plano de Manejo possui as diretrizes, incluindo aquelas relacionadas às atividades turísticas, e zoneamento da UC, sendo sua última versão publicada através da Portaria da presidência do ICMBio nº 238 de 20 de maio de 2019 (ICMBio, 2019c). A portaria do Perfil da Família Beneficiária, publicada em 2017, indica os critérios para a definição das famílias beneficiárias das políticas públicas e recursos naturais da UC e o Conselho Consultivo possibilita a participação social na gestão da UC.

No ano de 2010 a área de uso ocupada pelas comunidades e aldeias, que envolve diferentes zonas da UC, foi repassada a Federação das Organizações e Comunidades Tradicionais da FLONA do Tapajós, através do Contrato de Concessão de Direito Real de Uso (CCDRU). A visitação é permitida nas zonas primitiva (baixa intervenção), de manejo florestal (médio grau de intervenção), populacional (alto grau de intervenção) e de recuperação, desde que não interfira no processo de recuperação (ICMBio, 2019c).

Até julho de 2021 cerca de 200 famílias, incluindo as dos condutores, donos de pousadas e redários, estavam envolvidas diretamente com o ecoturismo na UC. Nesse ano foram cadastrados 125 condutores de seis comunidades da FLONA, condutores do entorno que realizam condução nas trilhas do site interpretativo Terra Rica e 20 empreendimentos comunitários que prestavam os serviços de apoio a visitação (condução, alimentação e hospedagem).

Para o desenvolvimento da pesquisa foi realizada uma pesquisa bibliográfica, levantamento de dados secundários nos registros oficiais e documentos internos do ICMBio. Além disso, para mostrar como se deu a participação comunitária, a partir da perspectiva dos atores locais, no mês de julho de 2020 foram realizadas dez entrevistas com os coordenadores de turismo e lideranças das comunidades de São Domingos, Maguari e Jamaraguá, a partir de um questionário aberto, baseado no Guia orientador para diagnóstico das iniciativas de Turismo de Base Comunitária (TBC), disponibilizado via e-mail pela Coordenação Geral de Populações Tradicionais do ICMBio (CGPT).

De acordo com Gil (2007) a grande maioria das pesquisas inclui levantamento bibliográfico

e entrevistas com pessoas que vivenciaram experiências com o problema pesquisado, isto com o objetivo de proporcionar maior familiaridade com o problema estudo para torná-lo mais exposto ou se construir hipóteses, podendo essas pesquisas serem classificadas como estudo de caso.

Resultados e Discussão

Parcerias e intervenções para o ordenamento das atividades turísticas na UC

As iniciativas para o ordenamento do turismo na UC iniciaram em 1993 quando o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) definiu normas para as atividades de recreação e passou a requerer permissão de visitantes, definiu taxas de entrada e regulamentou a visita com condutores de visitantes na FLONA do Tapajós (IBAMA, 2004). O fato coincide com o início da execução do Plano Nacional de Turismo, publicado em 1992 (Bursztyn *et al.*, 2009).

Em 1994 o IBAMA solicitou apoio do Serviço Florestal Americano (USFS) para avaliação do potencial turístico da Unidade. O estudo indicou os atrativos, as debilidades para o ecoturismo e apontou ainda que os atrativos considerados mais importantes na UC eram os condutores locais, a beleza cênica e a possibilidade de apreciar a fauna silvestre de forma visual e auditiva. Além disso, apontou que os turistas estavam dispostos a pagar taxas de entrada desde que elas gerassem benefícios ambientais e sociais para a FLONA do Tapajós (IBAMA, 2004). A partir de 1996 inúmeras ações relacionadas com a gestão do turismo foram executadas no âmbito do Projeto de Apoio ao Manejo Florestal (Promanejo), executado pelo IBAMA e parceiros.

A Agência de Cooperação Alemã (GTZ) também executou um plano de trabalho, a partir de 2001, que contemplou atividades de capacitação e intercâmbio; implantação de trilhas interpretativas; planejamento e definição de acordos para a atividade turística na UC; investimentos em infraestrutura; produção de publicações e material de divulgação e articulações institucionais. Nesse mesmo ano ocorreram capacitações e o planejamento para instalação de trilhas interpretativas, sendo Maguari a primeira comunidade a ter uma trilha implantada e interpretada que foi inaugurada em 2002.

Após isso, novos pontos turísticos foram registrados nas comunidades de Jamaraquá, Tauari, Pini, Prainha, Paraíso e Itapuama (IBAMA, 2004).

No ano de 2005, iniciou-se a execução das ações do eixo temático de Uso Público do Plano de Manejo da FLONA do Tapajós, que envolvia os Programas de Ecoturismo, Interpretação e Educação Ambiental, vigentes até 2010. Conforme relatório da Matriz de Monitoria e Avaliação da Implementação do Plano de Manejo, dentre os 2 programas propostos foram 10 ações planejadas, das quais 40% não foram realizadas, 40% foram parcialmente concluídas e 20% foram de fato consolidadas (ICMBio, 2017).

Em 2013 ICMBio e CoomFLONA realizaram um levantamento sobre as potencialidades turísticas da FLONA do Tapajós. O estudo foi atualizado em 2016 pelo Grupo de Turismo vinculado ao Conselho Consultivo da UC. O Grupo era formado por associações comunitárias e instituições públicas tais como o Serviço Florestal Brasileiro (SFB), a Secretaria de Meio Ambiente e Turismo de Belterra (Semat), a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do estado do Pará (Emater) e o ICMBio.

Em 2014 a Universidade Estadual de Ponta Grossa, em parceria com a *West Virginia University (WVU)*, iniciou a pesquisa sobre recreação e uso público na FLONA do Tapajós. O foco principal do estudo consistiu em entender a satisfação e experiências dos visitantes na UC. Além disso, a pesquisa indicou o que o turista mais e menos gostou em relação à paisagem, serviços e atividades, possibilitando dessa forma que tanto a gestão da UC como os comunitários fizessem os ajustes necessários para melhorar a experiência do visitante (BURNS *et al.*, 2016).

Após 20 anos o Serviço Florestal Americano desenvolveu, no âmbito do Programa Brasil, a parceria para a conservação da biodiversidade da Amazônia com intuito de conservar as UCs do país e conectar os brasileiros às suas terras públicas expandindo as oportunidades de crescimento econômico por meio de um turismo sustentável e bem administrado. Na FLONA do Tapajós foi instalada a Área Demonstrativa de Uso Público onde placas interpretativas foram afixadas nas bases de entrada da UC e nas trilhas das comunidades do Maguari, Jamaraquá, São Domingos e no Terra Rica. Além disso, no decorrer dos anos de 2014 a 2018, gestores, comunitários

e parceiros foram capacitados para atuarem no planejamento do uso público, na interpretação ambiental, na condução de visitantes, na manutenção e sinalização de trilhas (Lippitt *et al.*, 2020).

Em 2016 o Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA) e Universidade Federal do Oeste do Pará (Ufopa) iniciaram na FLONA do Tapajós um projeto piloto de transferência de conhecimento científico sobre a biodiversidade com a finalidade de promover a conservação e desenvolvimento sustentável através de ecoturismo comunitário. Na ocasião foram instalados dois módulos de monitoramento da biodiversidade nas comunidades de Acaratinga e Jaguarari para a realização de pesquisas e suas trilhas foram destinadas para o ecoturismo. No projeto foram previstas capacitações sobre a fauna e flora e a instalação de algumas infraestruturas, tais como a sinalização das comunidades e trilhas (Lima, 2016).

O Projeto Saúde e Alegria (PSA), organização atuante na região do Baixo Tapajós desde a década de 1990, aprovou em 2008 o projeto Ecoturismo de Base Comunitária no Polo Tapajós, no âmbito do edital de chamada pública do Ministério do Turismo que visava a organização de algumas comunidades em uma Rede de Turismo Comunitário (Silva, *et al.*, 2009). Em 2018 conseguiu apoio do Bando Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para executar o projeto de Ecoturismo na comunidade do Jaguarari. Na ocasião foram ofertados diversos cursos relacionados com a atividade e elaborados o plano de visitação, a planta de uma pousada e cozinha na referida comunidade.

A participação comunitária e das instituições representativas da sociedade civil e do poder público é algo marcante na gestão das atividades turísticas da FLONA do Tapajós. Em 2019 na reformulação da composição do Conselho Consultivo foi criado o setor de turismo formado por nove instituições representativas das comunidades e do poder público. No plano de ação do referido conselho o setor indicou as seguintes necessidades: criação de uma cooperativa de turismo comunitário para diminuir a dependência de agentes externos (operadoras de turismo) na hora da negociação com os clientes; identificação dos roteiros e atrativos das comunidades; realização de intercâmbios e capacitações.

O histórico de atuação das associações comunitárias e demais organizações reforçou que as parcerias são indispensáveis para a materialização das ações previstas nos planejamentos da UC. Tanto no Plano de Ação do Conselho Consultivo como no Plano de Manejo da UC foi registrada a necessidade dessa integração de esforços entre órgão gestor e parceiros. Essa estratégia foi indicada como fundamental pelo grupo responsável pela elaboração das Diretrizes para uma Política Nacional de Ecoturismo. O grupo ressaltou que a articulação de ações entre os agentes governamentais, da sociedade civil e das comunidades locais é um fator determinante para o desenvolvimento ordenado do ecoturismo no país (Brasil, 1994).

A percepção dos atores locais sobre o desenvolvimento do ecoturismo na FLONA do Tapajós

Segundo Bursztyn e colaboradores (2009), a partir de 1980 ocorreu articulação do movimento ambientalista para o debate sobre a questão ambiental e promoção do turismo. Em 1987, pressionada pela força crescente dos ambientalistas, a Empresa Brasileira de Turismo (Embratur) lançou o programa de desenvolvimento do ecoturismo no país e em 1992 o Plano Nacional de Turismo (Plantur).

Os relatos das lideranças mostraram que a organização do ecoturismo na FLONA do Tapajós teve início na década de 1990, período correspondente ao movimento no restante do país. Inicialmente os turistas eram levados a UC a partir da Área de Proteção Ambiental Municipal Aramaná localizada no entorno da FLONA. Nessa época a contrapartida dos visitantes era apenas donativos, dentre eles o material escolar, conforme indicado nos relatos das lideranças locais que participaram das entrevistas.

Os interlocutores informaram que depois da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (Eco 92) as comunidades passaram a receber visitantes que pagavam pelos serviços prestados. Inicialmente poucas famílias recebiam visitantes em suas residências e ofereciam os serviços de alimentação e hospedagem.

A organização do turismo na comunidade do Maguari se deu em 2000 com apoio do Promanejo. As comunidades de São Domingos e Jamaraguá passaram a receber turistas em 2002 e 2008, respectivamente, sendo que no Jamaraguá, inicialmente, apenas três famílias recebiam os visitantes. De acordo com as lideranças, com o passar do tempo outras famílias ficaram interessadas em trabalhar com o turismo depois que perceberam que a atividade poderia trazer retorno financeiro.

As comunidades e parceiros externos participaram do processo de identificação dos atrativos, através de reuniões nas comunidades. A definição dos atrativos ocorreu através de conversas entre os comunitários que contribuíram com base em suas experiências e vivências na comunidade. Os idosos foram essenciais nesse processo, resgatando a contação de histórias e lendas locais. Segundo os relatos, o processo de seleção dos atrativos fez com que os comunitários partilhassem entre si conhecimentos sobre a história das comunidades, bem como sobre os ofícios, práticas e celebrações realizadas hoje e no passado.

Silva (2015) destaca que, nas comunidades de Jamaraguá e Maguari, além de contadores de histórias, lendas e crenças, encontram-se ainda cantadores e compositores de músicas que refletem o modo de vida das populações tradicionais e dos recursos florestais. Esse autoconhecimento da população tradicional é visto por Wawzyniak (2004) como algo positivo, pois otimiza a valorização de símbolos culturais e fortalece a consciência ecológica dos comunitários.

As trilhas foram escolhidas na floresta primária por conta das árvores centenárias, pois os comunitários acreditavam que seria mais interessante para os turistas que desejassem conhecer lugares preservados da floresta. Entretanto, os relatos mostraram que algumas comunidades enfrentam dificuldades para proteger os locais com potencial para a visitação, como ocorre no lago do caraná localizado na comunidade do Jamaraguá, que tem sido alvo de abertura de trilhas para caça ilegal.

Os comunitários afirmaram que o turismo é mais valorizado por conta de artigos rústicos, feitos com matéria-prima da Amazônia, como por exemplo, as barracas cobertas de palha, artesanatos e outros produtos confeccionados nas comunidades. É interessante ouvir os relatos

sobre os elementos que representam o patrimônio comunitário que, em conjunto com as belezas naturais, tornam a FLONA do Tapajós uma das UCs mais visitadas da Amazônia que recebeu em 2019 quase 23 mil visitas (ICMBio, 2020).

O patrimônio comunitário é formado por um conjunto de valores e crenças, conhecimentos e práticas, técnicas e habilidades, instrumentos e artefatos, lugares e representações, terras e territórios, assim como todos os tipos de manifestações tangíveis e intangíveis existentes em um povo (Maldonado, 2009). A apreciação e valorização do patrimônio cultural e natural é o diferencial do ecoturismo realizado em muitas áreas ocupadas por povos e comunidades tradicionais como detalhado no caderno de experiências em UCs localizadas nos diferentes biomas do Brasil (ICMBio, 2019b).

Nos últimos 20 anos ocorreram diversas ações dos órgãos gestores (IBAMA e ICMBio) e instituições parceiras, citadas anteriormente, que não foram relatadas pelas lideranças entrevistadas. Entretanto, registraram como ocorreu o planejamento inicial e como estão organizados atualmente. Foi ressaltado que em 2020 a pandemia afetou de forma negativa as famílias envolvidas com o turismo. A visitação pública nas UCs federais foi suspensa a partir do dia 22 de março de 2020, conforme orientação da Portaria da presidência do ICMBio nº 227, e a reabertura da FLONA do Tapajós ocorreu em setembro de 2020.

Segundo o Ministério do Turismo a pandemia de COVID-19 afetou diretamente o setor de turismo e a economia gerada com a atividade, especialmente o turismo receptivo internacional. Em 2020 foi necessário adotar distanciamento social e evitar aglomerações e com isso a atividade turística foi diretamente afetada no País. Em todo o Brasil, o setor acumulou perdas desde o início da pandemia, haja vista que até mesmo as grandes festividades populares deixaram de ser realizadas em função do necessário distanciamento social (MTur, 2021b, 2021c).

Durante a pandemia as associações comunitárias da UC conseguiram pagar algumas contas com o recurso do fundo social denominado “caixinha” do turismo, criado e gerido pelas associações. De acordo com os relatos, em situações normais no período de alta temporada o retorno financeiro do turismo é excelente e permite

a aquisição de equipamentos e investimentos nas infraestruturas das comunidades.

As comunidades da FLONA do Tapajós são bem articuladas e organizadas, inclusive possuem regimento interno para organizar o trabalho do grupo envolvido com o turismo. A coordenação do turismo é comunitária, com distribuições de tarefas bem definidas. Alguns atuam na coordenação ou vice coordenação, na tesouraria ou no conselho fiscal, outros nos grupos de alimentação (restaurantes), artesanatos, catraieiros (condutores de pequenas embarcações) e de condutores de trilhas. O mandato dos coordenadores das comunidades e de condutores é de 2 anos. Os comunitários com mais facilidade de comunicação, atuam como condutores.

Cada comunidade possui um grupo de condutores, que é gerido por um coordenador, o qual é responsável pelo rodízio desses. Este rodízio garante que várias famílias sejam envolvidas e beneficiadas na atividade de condução de visitantes. Para os comunitários o turismo é uma alternativa de geração de renda que contribui significativamente para a melhoria da qualidade de vida, principalmente dos condutores. Registraram também que precisam de mais capacitações para melhorar o desempenho do trabalho.

Na UC ocorre a venda direta e indireta dos pacotes turísticos que incluem as caminhadas nas trilhas, passeios de canoas, alimentação e hospedagem. Na venda indireta as agências negociam os pacotes e repassam parte do valor aos prestadores de serviços turísticos na UC. Na venda direta a negociação é feita pelos comunitários diretamente com o visitante. Alguns grupos de observadores de aves e ciclistas, geralmente, negociam diretamente com os condutores locais. O ecoturismo também tem contribuído para a comercialização de outros produtos como o artesanato, a farinha de mandioca, a galinha caipira, o pescado e frutas, envolvendo desta forma outras famílias.

Em relação ao retorno financeiro local do ecoturismo não existe registro sobre qual o incremento na renda mensal das famílias envolvidas na atividade. Entretanto, parte do valor arrecadado com o serviço de condução é destinado para o fundo comunitário. Apenas os condutores contribuem com o fundo, além de fazerem a limpeza e manutenção das trilhas.

Os grupos de catraieiros, os donos de pousada, redários e restaurantes não contribuem com o fundo comunitário, mediante a justificativa de que investem recursos próprios nos empreendimentos e que contribuem nos trabalhos comunitários.

A associação comunitária recebe 20% do valor arrecadado de cada condutor de trilha a cada serviço prestado. O fundo comunitário é direcionado para atender as demandas da associação, como as viagens da diretoria para alguma reunião, capacitação, energia da sede, manutenções no centro comunitário e demais infraestrutura das comunidades. O dinheiro é destinado de acordo com a necessidade de uso da associação, mas em certas situações são feitas reuniões para aprovar a destinação de recursos para determinado uso e prestação de contas.

Considerando o exposto foi possível verificar que existe uma falta de clareza em relação a repartição dos benefícios oriundos das atividades turísticas, pois somente os condutores contribuem com o fundo comunitário. O ideal seria que as famílias que ofertam outros serviços contribuíssem também com o fundo, pois de certa forma estão usufruindo do patrimônio natural de uso coletivo na UC. Seguindo os princípios do TBC, em especial o do bem comum e da equidade social, é relevante que se considere um arranjo de repartição de benefícios que possa favorecer a comunidade como um todo e que seja, ao mesmo tempo, justo com quem se dedica mais (ICMBio, 2019b; Maldonado, 2009).

Os moradores locais, de diferentes faixas etárias e gêneros, estão envolvidos nos serviços de apoio aos visitantes. As mulheres trabalham na recepção dos visitantes, nos restaurantes, na cozinha e na produção de artesanatos. Dentre todas as comunidades da FLONA, apenas nas São Domingos, Jamaraguá e Itapaiuna as mulheres atuavam na diretoria das associações comunitárias, cargo este que em sua maioria é ocupado por homens. Os serviços de condução nas comunidades e a pilotagem de catraias (passeios no rio em pequenas embarcações) são executados, na maioria, por homens com 50 anos em média.

No geral, os jovens participam pouco das atividades e os idosos ajudam repassando a história da comunidade aos mais novos. Existe uma regra, no qual, menores de idade não podem trabalhar como pilotos de catraia (canoas) e nem como

condutores nas trilhas. É interessante destacar que na FLONA do Tapajós existe a necessidade de promover o envolvimento dos jovens nas atividades turísticas e incentivar a participação de mulheres nas coordenações das comunidades.

Em relação à interpretação ambiental, os relatos indicaram que os condutores conseguem transmitir a mensagem sobre o que tem de mais valioso na comunidade e que durante as caminhadas os comunitários partilham conhecimentos tradicionais sobre ervas, plantas e outros componentes da floresta. Segundo o conceito definido pelo ICMBio (2018b) a interpretação ambiental é um conjunto de estratégias de comunicação destinadas a revelar os significados dos recursos ambientais, históricos e culturais a fim de provocar conexões pessoais entre o público e o patrimônio protegido. Logo é uma ferramenta indispensável de sensibilização porque fala direto ao indivíduo e procura criar uma empatia e identificação pessoal entre o público e aquilo que queremos proteger.

A comunicação entre os comunitários e visitantes está fundamentada na oralidade durante o acompanhamento dos visitantes. Além disso, existem placas de sinalização e orientação que contribuem para a melhor comunicação com os visitantes. Nas comunidades de São Domingos, Maguari e Jamaraguá os condutores usam placas interpretativas, transportadas em mochilas, que foram doadas pelo Serviço Florestal Americano e Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID). Os condutores relataram que as placas ajudam bastante na comunicação, mas alguns turistas preferem que os condutores apresentem os atrativos e a história local com suas próprias palavras. Entretanto, muitos alegaram a dificuldade de não falar outros idiomas, o que dificulta a transmissão da mensagem ao visitante.

Alguns relatos mostraram a preocupação dos comunitários em se capacitarem em primeiros socorros, curso de inglês, condução de visitantes, recepção e atendimento ao público, visando a melhoria da recepção dos visitantes. Além disso, outros querem diversificar as experiências e ofertar outros atrativos, como a comunidade do Jamaraguá que pretende organizar uma feira para vender os produtos da agricultura familiar e artesanatos, construir uma casa de farinha, um museu para expor os artefatos indígenas encontrados no local e realizar a celebração do

aniversário da Samaúma (*Ceiba pentandra* (L.) Gaerth), uma das maiores árvores da trilha da comunidade que representa a grandiosidade da floresta.

Entre as dificuldades enfrentadas pelas famílias envolvidas com o ecoturismo na FLONA do Tapajós existe a falta de equipamentos e internet nas comunidades, o que dificulta a divulgação e comercialização dos serviços turísticos. No entanto, existem alguns canais de divulgação como o site da FLONA (gerido pelo ICMBio), as redes sociais, os eventos e o “boca a boca” onde os visitantes relatam suas experiências a outras pessoas. Outro desafio é a falta de entendimento dos visitantes locais, em especial dos municípios de Santarém e Belterra, que não respeitam as normas das comunidades. Nesse caso, os autores recomendam ações de educação ambiental nas escolas dos municípios, produção de material e vídeos ressaltando a importância do ecoturismo na FLONA do Tapajós.

Na FLONA do Tapajós existe o turismo convencional que causa alguns conflitos com os moradores locais. Essa modalidade é a atividade turística cuja motivação não está associada a interesses específicos como cultura, religião, recurso natural, esporte ou outras atividades isoladas, tendo como principal objetivo o descanso, o lazer, o entretenimento e obtenção de conhecimentos genéricos sobre a localidade visitada (MTur, 2021a). Tal modalidade difere do ecoturismo onde a motivação principal é o contato com a natureza, além disso, tem entre seus princípios a conservação ambiental aliada ao envolvimento das comunidades locais (MTur, 2010).

Segundo os relatos, alguns visitantes argumentaram que não sabiam que o turismo na UC era de base comunitária, que consiste na gestão da visita protagonizada pela comunidade (ICMBio, 2018a). Além disso, não interagem com as comunidades e acessam diretamente as praias, fazem uso do fogo nas praias e margem de igarapés, deixam lixo nas praias e trilhas, levam sua própria comida e bebidas e não compram nada na comunidade. Segundo Hamoy e colaboradores (2016) a visita de um turista é capaz de modificar tanto a sua realidade quanto da comunidade local, o que pode levar efeitos positivos ou adversos, neste caso evidenciando os impactos negativos da visita desacompanhada na FLONA do Tapajós.

Os interlocutores lembraram que antigamente qualquer pessoa conduzia os visitantes nas trilhas e isso causava conflito com os comunitários, mas atualmente apenas condutores locais credenciados pelo ICMBio podem fazer a condução. Conforme previsto na Portaria do ICMBio nº 769, de 10 de dezembro de 2019, a obrigatoriedade do acompanhamento por condutor de visitante poderá ser adotada, a partir de justificativa técnica (ICMBio, 2019d). No caso da FLONA do Tapajós justifica-se pelo fato da presença de comunidades tradicionais que possuem um Contrato de Concessão de Direito Real de Uso para utilizarem a área tradicionalmente ocupada.

No turismo convencional praticado na UC, além dos problemas relatados anteriormente, é comum o excesso de bebidas alcoólicas, a falta de respeito e discussões entre comunitários e visitantes. Nessas circunstâncias alguns foram convidados, pelos moradores locais, a se retirar da comunidade. Considerando os relatos é possível afirmar que a visita na FLONA do Tapajós é realizada por visitantes com diferentes motivações. Diante disso, é fundamental que o órgão gestor e comunidades adotem estratégias para conciliar a presença dos praticantes do turismo convencional e do ecoturismo.

É interessante notar que alguns dos gargalos apontados pelos prestadores de serviços de apoio a visita na FLONA do Tapajós são parecidos com os de outras iniciativas no país. Maldonado (2009) após avaliar cerca de trinta projetos de turismo comunitário chegou à conclusão que as deficiências constatadas resultam, em parte, da incursão das comunidades no turismo em situações de improviso, ausência de profissionalismo, desconhecimento do mercado e dos instrumentos de gestão de negócios.

A percepção das comunidades locais é importante na elaboração de diagnóstico a fim de verificar quais intervenções são necessárias para a melhoria de determinado processo, nesse caso no desenvolvimento do ecoturismo na UC. De acordo com Panquestor & Riguete (2008), a percepção ambiental pode ser definida como sendo uma tomada de consciência do ambiente pelo homem, ou seja, o ato de perceber o ambiente que se está inserido, aprendendo a proteger e a cuidar do mesmo.

Pacheco & Silva (2006) ressaltaram que é necessária uma reflexão para avaliar se os instrumentos adotados são adequados para garantir que as demandas das comunidades sejam ouvidas pela administração de áreas protegidas. No caso específico da FLONA do Tapajós, os autores recomendam ao órgão gestor que considere as questões aqui apresentadas e adote estratégias, em conjunto com as comunidades locais, para superar os desafios relacionados com a gestão do turismo na UC.

Os principais resultados da participação comunitária na gestão do turismo na FLONA do Tapajós

Cabe lembrar que desde a criação da UC até 1994 as comunidades viviam na incerteza se permaneceriam ou não na FLONA e somente após a publicação do regulamento das Florestas Nacionais (Decreto nº 1.298 de 27 de outubro de 1994) foi possível garantir a permanência das famílias nessas áreas. Em 1997 o IBAMA e Ministério Público Federal (MPF) formalizaram com as associações comunitárias o termo de ajustamento de conduta, e as comunidades, por sua vez, passaram a participar de forma direta da execução do Plano de Utilização e da gestão de suas áreas (MPF, 1997).

Conforme os relatos dos comunitários a participação comunitária nos planejamentos da UC iniciou na década de 1990, tanto na definição dos atrativos como também na elaboração de normas relacionadas com o uso sustentável dos recursos naturais da UC, sendo o Plano de Utilização o primeiro planejamento elaborado em conjunto com as associações comunitárias no ano de 1997. As normas relacionadas com a visitação foram previstas no primeiro (2005) e no segundo (2019) Plano de Manejo da UC e também no Plano de Utilização revisado em 2007. Além disso, as associações de São Domingos, Maguari e Jamaraquá propuseram outras normas que foram inseridas no Regimento Interno do Grupo de Turismo elaborado em 2014.

As reuniões do Conselho Consultivo da UC, criado em 2001, sempre foram espaços para o diálogo entre órgão gestor e comunidades envolvidas com o turismo. Os questionamentos sempre surgiam entre as pautas das reuniões, até que em 2015 criou-se o Grupo de Turismo e em 2019 o Setor de Turismo, vinculados ao colegiado, para tratar de questões relacionadas com a visitação na UC. O referido grupo elaborou um plano de ação com os temas prioritários, campanhas de sensibilização de visitantes e o levantamento das potencialidades turísticas de sete comunidades (Fig. 2).



Figura 2 – Campanha de sensibilização realizada na FLONA do Tapajós pelo Grupo de Turismo do Conselho Consultivo.

Fonte: Arquivos ICMBio/FLONA do Tapajós, 2015.

O grupo de turismo também participou da oficina temática sobre o Uso Público, realizada em 2017, para subsidiar a revisão do Plano de Manejo da FLONA do Tapajós. No evento foram identificadas as oportunidades para o fortalecimento do turismo na UC, dentre elas as trilhas aquáticas, a pesca esportiva, o turismo científico, as trilhas na floresta, canoagem no rio Tapajós, rituais da cultura indígena, gastronomia típica local, corrida de aventura, mergulhos para observação de peixes ornamentais, passeios ciclísticos, vivências de modo de vida, contação de histórias e observação de fauna (ICMBio, 2019c).

Para atender as novas diretrizes da Instrução Normativa do ICMBio nº 09/2014 a composição do Conselho Consultivo foi modificada em 2019. Na ocasião foi criado o Setor de Turismo formado por instituições representativas do poder público e das comunidades. O setor indicou a necessidade de reduzir os impactos dos atravessadores (operadoras de turismo); ampliação dos destinos turísticos na UC para envolver outras comunidades; melhorar a estrutura de apoio ao turismo e a divulgação de informações sobre turismo na UC.

Em 2019 as trilhas das comunidades de São Domingos, Maguari, Jamaraguá, Acaratinga e do site interpretativo do Terra Rica foram mapeadas com o apoio dos condutores (Fig. 3 e 4). As trilhas são caminhos utilizados pelos moradores locais para acessarem as áreas de roçados e foram adaptadas para as caminhadas e apreciação da flora e fauna local. No decorrer das trilhas os comunitários instalaram mirantes, placas e escadas para melhorar a experiência do visitante. Além disso, abriram trilhas menores para ampliar o atendimento a visitantes de diferentes perfis e faixas etárias.

A trilha do Acaratinga foi instalada em 2016, no formato do módulo PPBio/Rapeld, com o propósito de conciliar o monitoramento da biodiversidade com o ecoturismo comunitário (LIMA, 2016). O contato dos visitantes com a comunidade e a natureza, para conhecer o modo de vida e a cultura da população local, é um fator determinante na visita dos ecoturistas e a realização de passeios nas trilhas é citado por Silva (2015) como a atividade mais realizada pelos visitantes em Maguari e Jamaraguá, um dado importante para a gestão do ecoturismo nas comunidades.



Figura 3 – Condutores comunitários e voluntários no mapeamento de trilhas do Maguari.
Fonte: Léia Soares, 2019.

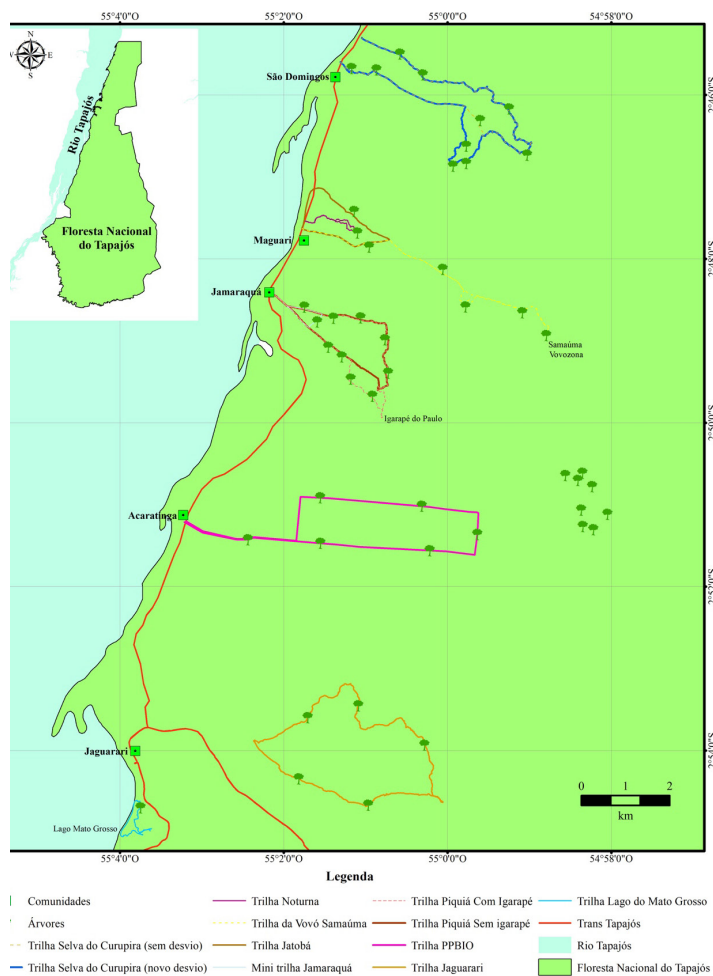


Figura 4 – Mapa de localização das trilhas na Floresta Nacional do Tapajós.
 Fonte: Autores, 2021.

No ano de 2019 as associações de São Domingos, Maguari e Jamaraquá revisaram as normas previstas no Regimento Interno do Grupo de Turismo (Fig. 5). O Grupo de Turismo é formado

pelos representantes das associações comunitárias, coordenadores de turismo, condutores, catraieiros e proprietários das pousadas e redários familiares da FLONA do Tapajós.



Figura 5 – Reunião na comunidade do Jamaraquá sobre a revisão do Regimento Interno do Grupo de Turismo
 Fonte: Léia Soares, 2019.

Em junho de 2021 a comunidade do Pini, em parceria com o ICMBio, elaborou uma proposta para o ordenamento da pesca esportiva visando atender as diretrizes previstas na Portaria do ICMBio nº 91/2020. As famílias envolvidas

com a atividade estão se organizando para prestar os serviços de apoio à pesca esportiva (condução, hospedagem e alimentação). Além disso, irão contribuir com o monitoramento biológico da atividade, seguindo os protocolos adotados pelo ICMBio.



6a



6b

Figuras 6a e 6b – Oficina para o mapeamento participativo e georrefenciamento do lago do Pini.
Fonte: Ana Karolina Martins, 2021.

Na FLONA do Tapajós o monitoramento da visitação, ou seja, o registro do número de visitas por mês, bem como as finalidades (recreação, educacional, religiosa e desportiva), é realizado pelo ICMBio com apoio dos donos de pousadas, que por sua vez anotam em formulários específicos a entrada de visitantes que acessam a UC pelo rio Tapajós. Desde 2018 o monitoramento é feito com base nas diretrizes da Instrução Normativa nº 05 do ICMBio, de 01 de junho de 2018 (Brasil, 2018).

A satisfação dos visitantes é registrada, de forma não padronizada, em cadernos dos condutores onde os visitantes escrevem sobre as experiências vivenciadas e podem sugerir melhoras nos serviços prestados. Há necessidade de se monitorar a satisfação, tanto dos visitantes como das comunidades, em relação às experiências, além de se fazer um estudo para verificar as contribuições do ecoturismo para a economia local.

O Setor de Turismo tem como desafio para os próximos dois anos (2022/2023) executar as ações previstas no Plano de Ação do Conselho Consultivo da UC. As ações estratégicas previstas no Plano de Manejo que deverão ser executadas até 2029. As organizações parceiras e comunidades poderão contribuir com a execução dessas ações e superar os desafios relacionados com a gestão do turismo na UC.

A gestão bem-sucedida do ecoturismo em unidades de conservação pode impactar direta ou indiretamente na qualidade de vida das comunidades locais. Para Hamoy & Bahia (2020) a geração de benefícios poderia levar a uma maior sensibilização por parte dos comunitários para a conservação da paisagem que leva os visitantes até aquele destino.

Conclusão

A participação comunitária na organização das atividades turísticas em Unidades de Conservação é possível e pode facilitar a integração dos atores sociais envolvidos com a gestão dessas áreas. Apesar dos desafios apontados, as iniciativas na FLONA do Tapajós têm contribuído para o alcance dos objetivos de criação e para a materialização da visão de futuro na UC.

Os relatos evidenciaram que a gestão do turismo possibilitou o diálogo e uma maior aproximação entre órgão gestor, comunidades e visitantes. A experiência também mostrou que o ecoturismo movimenta a economia local e contribuiu para conciliar a presença das comunidades com a conservação da floresta.

A percepção ambiental das comunidades locais indicou os desafios e as necessidades de intervenções que devem ser consideradas pela administração da FLONA do Tapajós. As parcerias com as comunidades, organizações governamentais e da sociedade civil é um destaque na gestão da unidade de conservação. Recomenda-se ao órgão gestor que avalie a possibilidade de executar projetos, em conjunto com essas organizações, visando atender os anseios das comunidades e consolidar as ações estratégicas previstas no Plano de Manejo da UC.

Agradecimentos

Os autores agradecem as contribuições dos comunitários, em especial a Seu Dido, Dona Conce, Seu Pedrinho, Dona Nice (Jamaraquá), Seu Abílio, Raimundo (Sunta), Joacir, Dona Maria Idú (Maguari), a Dona Livia e seu Luiz Antônio (São Domingos) pelos relatos que contribuíram para a elaboração desse artigo.

Referências

Brasil. 1974. Decreto nº 73.684 de 19 de fevereiro de 1974. Diário Oficial da União. https://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/imgs-unidadescoservacao/FLONA_tapajos.pdf. Acesso em: 19/04/ 2021.

Brasil. 2012. Lei nº 12.678, de 25 de junho de 2012. Diário Oficial da União <http://www.planalto.gov.br>. Acesso em: 03/03/ 2018.

Brasil. 2000. Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000. <http://www.planalto.gov.br>. Acesso em: 22/02/2017.

Brasil. 2018. Ministério do Meio Ambiente. Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. Instrução Normativa nº5, de 1 de junho de 2018. Diário Oficial da União.

Bursztyn I, Bartholo R, Delamaro M. 2009. Turismo para quem? sobre caminhos de desenvolvimento e alternativas para o turismo no Brasil, p. 76-91. In: Bartholo R, Sansolo DG, Bursztyn I. (orgs.). Turismo de Base Comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras. Letra e imagem. 508p.

Burns RC, Moreira JC, Chuprinko TL, Gregory L. 2016. Relatório Interno sobre a recreação e uso público na FLONA do Tapajós. Universidade de West Virginia (WVU), Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG). 32p.

Fabrino NH. 2013. Turismo de Base Comunitária: dos conceitos às práticas e das práticas aos conceitos. Dissertação de Mestrado. Centro de Desenvolvimento Sustentável. Universidade de Brasília. 185p.

Gil AC. 2007. Como elaborar projetos de pesquisa. 4ed. São Paulo: Atlas.

Hamoy JA, Bahia MC. Participação e turismo: o caso da vila do pescador/marajó. Paper do Naea, [s. l], v. 29, n. 3, p. 562-575, 2020.

Hamoy JA, Farias KS, Figueiredo SL. 2016. Turismo, desenvolvimento e políticas públicas, p.421-445. In: Bahia MC, Figueiredo, SL. (orgs.). Planejamento e gestão pública do turismo e do lazer. NAEA/UFPA. 446p.

IBAMA (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis). 2004. Plano de Manejo da Floresta Nacional do Tapajós: Informações Gerais. 1: 373 p.

ICMBio (Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade). 2015. Extrativismo e Conservação da Biodiversidade: Aprendizados de Unidades de Conservação de Uso Sustentável na Amazônia. 112p.

ICMBIO (Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade). 2017. Relatório da Matriz de Monitoria e Avaliação da Implementação do Plano de Manejo da Floresta Nacional do Tapajós. 45p.

ICMBIO (Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade). 2018a. Turismo de Base Comunitária em Unidades de Conservação federais: Princípios e Diretrizes. 12p.

- ICMBIO (Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade). 2018b. Extrativismo e Conservação da Biodiversidade. Interpretação Ambiental nas Unidades de Conservação Federais. Brasília/DF. http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/comunicacao/publicacoes/publicacoes-diversas/interpretacao_ambiental_nas_unidades_de_conservacao_federais.pdf. Acesso em: 01/11/ 2021.
- ICMBIO (Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade). 2019a. Catálogo de Produtos da Sociobiodiversidade do Brasil ofertados pelos povos e comunidades tradicionais em Unidades de Conservação Federais. 104p.
- ICMBIO (Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade). 2019b. Turismo de Base Comunitária em Unidades de Conservação Federais: caderno de experiências. 169p.
- ICMBIO (Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade). 2019c. Plano de Manejo da Floresta Nacional do Tapajós. 2: 144p.
- ICMBio (Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade). 2019d. Portaria n° 769, de 10 de dezembro de 2019. Diário Oficial da União. <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-769-de-10-de-dezembro-de-2019-232940702>. Acesso em 20/10/2021.
- ICMBio (Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade). 2020. Monitoramento da Visitação em Unidades de Conservação Federais: Resultados de 2019 e Breve Panorama Histórico. 20p.
- ICMBIO (Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade). 2021. A Floresta Nacional do Tapajós. <<http://www.icmbio.gov.br/FLONAtapajos>>. Acesso: 20/04/ 2021.
- INPE (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais). 2016. As Comunidades Ribeirinhas do Baixo Tapajós (PA): Infraestrutura, Mobilidade, Serviços Socioambientais e Conectividade. Estudo das Trajetórias de Padrões e Processos na Caracterização das Dinâmicas do Desmatamento na Amazônia. Relatório técnico. 153p.
- Lima AP. 2016. Monitoramento da Biodiversidade em longo prazo para avaliar os efeitos de mudanças ambientais e climáticas na diversidade de espécies de plantas e animais: resultados pretéritos e presentes em um gradiente de savanas, fragmentos de floresta e florestas prístinas para modelar previsões sobre o futuro. PELD (Programa de Pesquisa Ecológica de Longa Duração). INPA/UFOPA. Chamada CNPq/Capes/FAPs/BC-Fundo Newton n° 15/2016 – Programa de Pesquisa Ecológica de Longa Duração – PELD. INPA/UFOPA. 43p.
- Lippitt B, et al. 2020. Relatório final de uso público e Planejamento da gestão. Programa Brasil. USDA (Programas Internacionais do Serviço Florestal dos Estados Unidos). 50p.
- Maldonado C. 2009. O turismo rural comunitário na América Latina: gênese, características e políticas, p. 25-44. In. Bartholo R, Sansolo DG, Bursztyn I. (orgs.). Turismo de Base Comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras. Letra e imagem. 508p.
- Brasil. 1994. MMA (Ministério do Meio Ambiente), MICT (Ministério da Indústria, do Comércio e do Turismo). 1994. Diretrizes para uma Política Nacional de Ecoturismo. <http://www.ecobrasil.provisorio.ws/images/BOCAINA/documentos/ecobrasil_diretrizespoliticanacionalecoturismo1994.pdf>. Acesso em: 23/10/ 2021.
- MTur (Ministério do Turismo). 2010. Ecoturismo: orientações básicas. / Ministério do Turismo, Secretaria Nacional de Políticas de Turismo, Departamento de Estruturação, Articulação e Ordenamento Turístico, Coordenação Geral de Segmentação. 2. ed. – Brasília: Ministério do Turismo.
- MTur (Ministério do Turismo). Estudo da Demanda Turística Internacional. Brasília, 2018.
- MTur (Ministério do Turismo). 2021a. Dados e Fatos – Glossário do Turismo. <<http://www.dadosefatos.turismo.gov.br/gloss%C3%A1rio-do-turismo/67-outros/gloss%C3%A1rio-do-turismo/901-t.html>> . Acesso 21/10/2021.
- MTur (Ministério do Turismo). 2021b. O turista internacional no Brasil Dimensionando o turismo receptivo brasileiro. Revista Dados & Informações do Turismo no Brasil, Ano 1, 1º Edição, fevereiro de 2021. 112p.
- MTur (Ministério do Turismo). 2021c. O impacto da pandemia de nos setores de Turismo e Cultura do Brasil. Revista Dados & Informações do Turismo no Brasil, Ano 1, 2º Edição, junho de 2021. 116 p.
- MPF (Ministério Público Federal), IBAMA (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis). 1997. Termo de Ajustamento de Conduta. Procuradoria da República. 14p.
- Pacheco E, Silva HP. 2006. Compromissos epistemológicos do conceito de percepção ambiental. <<http://www.ivt-rj.net/sapis/2006/pdf/EserPacheco.pdf>>. Acesso em: 26/ 06/2021.
- Panquestor EK, Riguete NK. 2008. Percepção ambiental, descaso e conservação: uso da geo informação no estudo de áreas verdes públicas em Carangola – MG. 20p. In: Anais do Encontro Nacional da Anppas.



Silva KTP, Ramiro RC, Teixeira B.S. 2009. Fomento ao turismo de base comunitária a experiência do Ministério do Turismo, p. 359-373. In: Bertholo R, Sansolo DG, Bursztyn I. (orgs.). Turismo de Base Comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras. Letra e imagem. 508p.

Souza TVSB, Simões HB. 2018. Contribuições do Turismo em Unidades de Conservação Federais para a Economia Brasileira - Efeitos dos Gastos dos Visitantes em 2017. ICMBio. 30p.

Souza TVSB, Simões HB. 2019. Contribuições do Turismo em Unidades de Conservação Federais para a Economia Brasileira - Efeitos dos Gastos dos Visitantes em 2018. ICMBio. 35p.

SILVA SMS. Ecoturismo em comunidades tradicionais na Floresta Nacional do Tapajós, Belterra – PA: o caso de Maguari e Jamaraquá. In: Perspectivas contemporâneas de análise em turismo. Figueiredo SL et al. (orgs.). Belém: NAEA, 2015. 374p.

WAWZYNIAK JV. Velhinha do Lago, Mãe do Igarapé e Outros mitos da Floresta Nacional do Tapajós. Manaus: ProManejo – IBAMA, 2004. 50p.

Biodiversidade Brasileira – BioBrasil.

Edição Temática: Gestão do Uso Público: Turismo e Lazer em Áreas Protegidas
n. 3, 2022

<http://www.icmbio.gov.br/revistaeletronica/index.php/BioBR>

Biodiversidade Brasileira é uma publicação eletrônica científica do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) que tem como objetivo fomentar a discussão e a disseminação de experiências em conservação e manejo, com foco em unidades de conservação e espécies ameaçadas.

ISSN: 2236-2886